

Déspotas no poder: uma análise exegética de Miqueias 3:1-3

*Djesniel Krause*¹⁰³

*Samara Oliveira Krause*¹⁰⁴

Resumo: O profeta Miqueias direciona palavras de condenação aos líderes de Judá e de Israel. Os líderes que deveriam conhecer as leis e garantir que a justiça prevalecesse, agem como tiranos e oprimem o povo comum. Tais críticas feitas pelo profeta em um contexto e para um público histórico específico podem ainda no século XXI servir de base para reflexões teológicas e políticas muito significativas.

Palavras-Chave: Política. Israel. Antigo Testamento, Lutero, Teologia luterana.

Introdução

O presente trabalho visa analisar exegeticamente o texto de Miqueias 3:1-3, em uma perspectiva luterana. Para isto, o autor fará uso de aspectos fundamentais das ideias políticas do reformador alemão Martinho Lutero, tais como a teologia dos dois reinos e a ênfase no sacerdócio geral de todos os crentes.

¹⁰³Djesniel Steiemy Krause é bacharel em Administração pela Universidade da região de Joinville – UNIVILLE, bacharel em Teologia pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER, possui MBA em gestão de pessoas pela Anhanguera Educacional, pós-graduação em Revitalização de comunidades e em Teologia, Bíblia e Missão pela Faculdade Luterana de Teologia – FLT. É membro do conselho sinodal do Sínodo Norte Catarinense da IECLB, bem como conselheiro distrital da MEUC. Email: djesniel@yahoo.com.br.

¹⁰⁴ Samara Glícia Alves de Souza Oliveira Krause possui Licenciatura Plena em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA) e Especialização em Literatura em Língua Inglesa pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Cursando especialização em Cristianismo e Política pelo Seminário Teológico Jonathan Edwards (STJE). E-mail: sammyoliver1@hotmail.com.

Nos versículos em destaque, o profeta Miqueias apresenta duras críticas aos líderes do Reino do Sul e do Reino do Norte do Israel dividido. Ambos os reinos estavam presenciando seus líderes agirem como déspotas, aproveitando-se da sua condição para tirar vantagem sobre o povo que em sua maioria estava constantemente em necessidades:

Os líderes são acusados de amar ao mal e aborrecer ao bem, uma crítica ainda bastante válida nos dias atuais, denominados por alguns pensadores de modernidade líquida, onde os valores morais perderam sua solidez e o bem confunde-se por vezes com o mal e escândalos de corrupção são constantemente noticiados.

O texto apresenta os chefes da casa de Israel e de Judá como pessoas inescrupulosas, dispostas a causar toda sorte de tormentos ao povo, para a partir disto, galgar alguma vantagem. É mencionado arrancar a pele, esmieuçar os ossos e comer a carne; uma macabra ilustração da maldade que o egoísmo do ser humano pode levá-lo a cometer. As consequências de tal egoísmo se tornam ainda mais graves quando ocorrem por conta da ação de líderes de Estado que pautam suas políticas públicas sem levar em conta o temor do Senhor.

Exemplos modernos puderam ser verificados em regimes neo-pagãos ou ateístas como o Nacional-Socialismo alemão (Nazismo), o Fascismo italiano e ibérico, bem como o Comunismo em suas mais diversas formas, como a soviética, a chinesa, entre tantas outras.

1. Contexto histórico

O texto em questão foi escrito em um período bastante específico da história humana, bem como tendo em vista um público alvo também bastante específico que são, em primeira instância, as autoridades. Aqueles que exercem poder sobre Jerusalém e Samaria, o Reino do Sul e o Reino do Norte.

O profeta Miqueias é contemporâneo do profeta Isaías e ambos exercem o seu ministério durante o reinado de Jotão, Acaz e Ezequias, reis de Judá. Isaías, diferentemente de Miqueias, ainda menciona Uzias antes de Jotão, levando a crer que Isaías é o mais velho. De qualquer modo, os três reis mencionados reinaram durante o ministério de ambos os profetas.

Vale lembrá-los muito brevemente. Sobre Jotão não nos é dito muito, mas fez o que era mal perante o Senhor (2 Cr 27:1-8). Acáz foi um verdadeiro exemplo de idolatria, chega ao cúmulo de sacrificar seu filho no fogo (2 Cr 28), causando assim uma ansiedade em relação à descendência ao trono e a manutenção da promessa divina sobre a dinastia davídica.

É onde Isaias profetiza suas famosas palavras do capítulo 9, versículo 6 de que um menino nos nasceu, e um filho se nos deu, o governo está sobre seus ombros, e o texto segue. Isaias está primariamente se referindo à Ezequias, filho de Acáz, embora Deus – em sua soberania e onisciência – faça com que o texto seja uma dupla profecia, uma delas então, e a mais importante, se referindo ao próprio Cristo. De ambas as formas, houve uma provisão divina para a manutenção da dinastia do rei Davi, primeiramente com Ezequias e com a concretização plena em Jesus de Nazaré. Como bem coloca Alvin Plantinga, filósofo cristão da Universidade de Notre Dame:

É claro que o significado de uma passagem bíblica será concedido pelo que o Senhor quer ensinar na passagem (sendo Deus o principal autor da Bíblia). [...] não se pode apenas presumir que o ensino do Senhor seja idêntico ao que o autor humano tinha em mente; este pode não ter nem sequer cogitado o ensino verdadeiro da passagem em questão. (PLANTINGA, 2016, p. 176)

Ezequias foi então um rei muito mais reto perante o Senhor. É durante o seu reinado que ocorre o interessante incidente com o rei Senaqueribe da Assíria, onde 185 mil soldados são mortos pelo Anjo do Senhor em apenas uma noite. Possivelmente foi Miqueias o responsável pelo grande avivamento experimentado durante o reinado de Ezequias.

É nesse contexto histórico que a palavra inspirada de Deus é revelada ao profeta Miqueias.

2. Lei e evangelho

Por diversas vezes Miqueias traz palavras de juízo às autoridades e ao povo de Judá. Ainda assim, por vezes ele também traz palavras de consolo, de ânimo e de graça, como nos versos anteriores ao texto em estudo no presente trabalho, onde o profeta menciona a promessa de Deus de que Ele irá novamente ajuntar o povo e que o próprio Senhor irá à frente deles (Mq 2:13).

O presente texto em apresso traz palavras de puro juízo, pura condenação. Essa dicotomia é constantemente encontrada na palavra de Deus. Uma dicotomia entre juízo e graça, Lei e Evangelho. Alguns exemplos serão verificados a seguir.

Em Romanos, capítulo 5, encontra-se a afirmação de que onde abundou o pecado (juízo), superabundou a graça. Um pouco adiante, no capítulo 6, encontra-se também a afirmação de que o salário do pecado é a morte (juízo) mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna (graça). Ainda em 1Coríntios afirma-se que visto que a morte veio por um homem (juízo), também por um homem veio a ressurreição dos mortos (graça).

E esses exemplos de lei e evangelho seguem ao longo da Bíblia, algo que Lutero notou e enfatizou em suas pregações. De fato, até mesmo nos versículos de juízo pode-se notar a graça permeando-os. O próprio fato de Deus se importar em enviar uma palavra de condenação aos líderes de seu povo, ao invés de lhes impor um castigo imediato, também contém em si mesmo a graça divina.

O primeiro verso do texto em destaque deixa bastante claro quem são os destinatários primários das palavras de condenação que ali se encontram. Trata-se dos cabeças de Jacó e chefes da casa de Israel, aqueles a quem competia saber o juízo, ou seja, pessoas que exerciam o papel de líderes, juizes, pessoas responsáveis por saber e aplicar a lei.

Deus, assim, pela boca do profeta Miqueias, chama essas pessoas ao exercício da sua função, da sua responsabilidade, pode-se dizer até do seu chamado divino. A partir da ideia tipicamente luterana de sacerdócio geral de todos os crentes, tem-se que no exercício das profissões seculares, os crentes também servem a Deus. Este serviço pode dar-se no trabalho como um caminhoneiro ou um garçom, bem como no papel de um juiz, um promotor, um prefeito ou policial.

O filósofo indiano Vishal Mangawadi comenta que “os Reformadores, como Lutero e Calvino, introduziram para a mentalidade europeia a ideia bíblica radical de que a vocação de um lavrador ou de um pedreiro é tão nobre como a de um sacerdote ou monge”. (MANGALWADI, 2012, p. 370)

Para Lutero, a esfera do Estado e da lei será considerada como a mão esquerda de Deus, enquanto a Igreja será considerada como Sua mão direita, como esclarece em seu tratado Sobre a autoridade secular.

3. Estado, a mão esquerda de Deus

A teologia luterana dos dois reinos tem como fundamento o pensamento do teólogo e filósofo Agostinho, bispo de Hipona, exposto principalmente em sua obra *A Cidade de Deus*, datada de aproximadamente 426 AD. Segundo o teólogo Timothy George, diretor da Beeson Divinity School:

A idéia de dois poderes correlatos, mediante os quais Deus governa o mundo, remonta a Agostinho, que dividiu a família humana em duas cidades: a Cidade de Deus, composta pelos eleitos, peregrinando em direção a seu destino celeste, e a Cidade da Terra, também chamada de Cidade do Diabo, cujos habitantes existem fora da esfera da graça. (GEORGE, 1993, p. 99)

A ideia é de que a Igreja pregará o Evangelho e isso fará com que algumas pessoas se convertam ao cristianismo e se tornem intrinsecamente boas, de modo que não precisarão da lei para fazer o bem. Elas passarão a agir motivadas pelo amor e serão transformadas pelo agir do Espírito Santo que age a partir de disciplinas espirituais, do conhecimento da doutrina cristã e da correta administração dos sacramentos – o que é um trabalho feito pela Igreja.

Por outro lado, nem todas as pessoas se tornarão cristãs, nem todas as pessoas serão trabalhadas pelo Espírito Santo; assim, Deus faz também uso da sua mão esquerda: a lei, o Estado, a espada para a manutenção da ordem, a proteção dos bons e a punição dos maus.

Timothy George diz que “Lutero afirmava que o Estado era ordenado por Deus fundamentalmente para reprimir os malfeitores e preservar a paz e a ordem no mundo”. (GEORGE, 1993, p. 100).

Lutero então considera que “se todas as pessoas fossem cristãos autênticos, isto é, verdadeiros crentes, são seriam necessários nem de proveito príncipe, rei ou senhor, nem espada nem lei” (LUTERO, 1996, p. 85). O reformador alemão explica ainda: “porque o justo faz, por si mesmo, tudo e mais ainda do que o exigido por todas as leis. Os injustos em contraposição nada fazem que seja justo; por isso necessitam da lei que os ensina, obriga e pressiona para agirem bem”. (LUTERO, 1996, p. 85)

Deve-se mencionar que o fato de que embora as autoridades sejam instituídas por Deus, elas não estão livres de críticas e por vezes podem fazer mal-uso de suas atribuições. O historiador e pastor luterano Martin Dreher afirma que “Lutero fez uma crítica fundamental ao uso do poder. Ele não pode ter finalidade em si

mesmo, senão será bestial. O poder só existe como serviço em favor das pessoas que estão confiadas àquele que exerce poder” (DREHER, 2014, p. 176).

Hernandes Dias Lopes, em seu comentário bíblico sobre Miqueias, menciona que “o fato de toda autoridade vir de Deus não diviniza o detentor do poder. Ao contrário, precisamente porque ela vem de Deus é que se pode censurar essa autoridade por suas injustiças, explorações e violências”. (LOPES, 2009, p. 74-5).

4. Déspotas no poder, a negligência com o chamado divino

O que, entretanto, acontece quando essas pessoas - chamadas por Deus para exercerem uma tarefa digna, ser a mão esquerda de Deus na terra – negligenciam suas funções? O que acontece quando eles aborrecem o bem e amam o mal?

O que ocorre quando vive-se em um mundo sem valores sólidos que provêm da eternidade? Quando vive-se, ao invés disso, num mundo líquido? Quando não se sabe mais o que é o bem e o que é o mal? O que deve ser amado, o que deve se aborrecer? O que ocorre quando as pessoas se esquecem de que Deus é amor, e ao inverso, fazem do amor um deus, e, portanto, um ídolo? Um mundo onde o homem se tornou a medida de todas as coisas é um mundo sem medida alguma.

Em um mundo como este, o homem se descobriu não sendo o centro do universo, mas se colocou no centro de todas as coisas pelo seu egoísmo: o mundo continua girando em torno do seu ego. O sentido da vida, não mais na eternidade, encontra-se em seu prazer, em desfrutar desta vida, que é uma só. A filosofia predominante tornou-se a de ser feliz a todo custo. As pessoas são bombardeadas com tal mentalidade em publicações, na escola, no cinema e em diversas outras formas de mídia e meios de comunicação. No intuito de ser feliz, o homem moderno é capaz de passar por cima de qualquer um com desprezo e crueldade ou indiferença, arrancando-lhe a pele e a carne por cima de seus ossos, uma vez que a satisfação de seus próprios desejos e a elevação de sua autoestima são vistas como o bem em si.

Neste ambiente cultural, o Outro foi objetificado. As pessoas tornaram-se objetos da promoção da felicidade e satisfação alheia, não importando qual o sofrimento que isso signifique à parte prejudicada. Esta objetificação das pessoas torna-se ainda mais grave quando praticada, para usar os termos de Miqueias, pelos chefes da casa de Israel, isto é, pelas figuras de autoridade de um país, cuja

responsabilidade deveria ser cuidar do povo, pois as consequências do seu egoísmo são ainda mais abrangentes e devastadoras.

Donald Wiseman afirma que “quando há injustiça e opressão, a única restrição para a conduta de um déspota pode ser um apelo à justiça de Deus, que sempre faz o que é correto”. (WISEMAN, 2006, p. 162).

A situação de déspotas agindo cruelmente e colocando a si mesmos como estando acima da lei, por vezes corre o risco de ser vista como algo que ocorria apenas em tempos longínquos, mas isso seria incorrer num erro. Na História recente podemos observar exemplos: no século passado, a humanidade presenciou a ascensão de regimes totalitários tais como os já mencionados comunismo soviético e o governo do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, ou mesmo já no século XXI, especialmente no Oriente, verdadeiras tiranias se erguem e buscam submeter tudo e todos ao seu domínio, como os regimes comunistas que persistem em países como China e Coreia do Norte, bem como algumas teocracias islâmicas.

Quando se tira Deus da vida pública, retira-se qualquer base moral objetiva – uma moral que submete mesmo os reis, governadores ou juízes. Jean Paul-Sartre, um filósofo existencialista ateu, em sua palestra mais tarde transcrita em forma de livro “O existencialismo é um humanismo”, afirma que “amanhã, após minha morte, alguns homens podem decidir instaurar o fascismo, e outros podem ser bastante covardes ou fracos para permitir que o façam; nesse momento, o fascismo será a verdade humana [...]”. (SARTRE, 1987, p. 13)

Eis o desafio do mundo moderno: O que será usado para julgar as nações? Como se haverá de condenar as ações daqueles que fazem as leis e forçam o seu cumprimento? Tudo que se tem é a vontade geral, para usar os termos de Rousseau? No momento que o homem se torna a medida da própria moral e a verdade é entendida como subjetiva, não existem mais parâmetros para estabelecer o que é o bem e o que é o mal; um conceito de Justiça esvaziado de seu significado é representado por autoridades guiadas não pela virtude, mas pela vontade, faculdade que faz com que legislem em favor de seus próprios desejos, de acordo com a definição de Kant.

O teólogo neocalvinista e também autoridade política Abraham Kuyper, que chegou a ser Primeiro-Ministro dos Países Baixos entre 1901-1905, escreve a esse respeito:

O mesmo aparentemente se dá com relação à disciplina da jurisprudência, pois tão logo se afasta da segurança que a justiça encontra somente em Deus e em sua Palavra, os jurisperitos não são capazes de deduzir a justiça de outra fonte que não seja a tradição e o senso de justiça do povo. E uma vez que este senso é tão instável como as águas correntes de um rio, ele destrói rigorosamente a segurança do conceito de justiça. (KUYPER, 2018, p. 99).

Assim, tal qual bem destaca Alister McGrath: “Como o surgimento do nazismo e stalinismo já têm tornado muitíssimo claro, tendências culturais precisam ser criticadas. Não se pode permitir que sejam normativas. E isso exige que o cristianismo baseie-se em algo que transcenda particularidades culturais – especialmente, a auto-revelação de Deus”. (MCGRATH, 2007, p. 60)

Dada a menção dos regimes nazistas e comunistas, dois fatos históricos modernos relacionados aos citados regimes servem de exemplo para verificar essa objetificação humana. Primeiramente, nos anos 1932 e 1933, os comunistas soviéticos liderados por Joseph Stalin ordenaram a Grande Fome para subjugar os ucranianos que lutavam contra a coletivização da agricultura e as fazendas de trabalhos forçados chamados de gulags, o que ficou conhecido como Holodomor. Na segunda metade da mesma década, mas tendo seu auge nos anos 1940, aconteceu o Holocausto promovido pelo nacional-socialismo germânico, onde as pessoas não eram mutiladas e jogadas num caldeirão como o profeta Miqueias menciona, mas eram submetidas a trabalhos forçados, experimentos científicos e outras atrocidades, sendo por fim jogadas em câmaras de gás para o extermínio. Ambos os eventos aconteceram em nome do progresso social e tecnológico, tendo em vista a construção de uma sociedade ideal formada por uma elite – seja ela ideológica ou racial, não levando em consideração o interesse e a necessidade do povo comum.

Durante muito tempo, Lutero argumentou que uma vez que a autoridade é instituída por Deus, e por isso o Estado é Sua mão esquerda, quem resiste à autoridade secular resiste ao próprio Deus. A resistência se limitaria a desobedecer às ordens contrárias à fé, esfera na qual o príncipe secular não tem poder. O teólogo Claus Schwambach explica: “a tarefa do poder secular é a proteção dos súditos, não devendo interferir sobre as almas e em questões espirituais. Se ela o faz, cristãos devem negar a obediência a ela”. (SCHWAMBACH; SPEHR, 2018, p. 66). Em relação à esta resistência passiva, deve-se acrescentar o sofrimento paciente que o cristão deve estar disposto a suportar por amor a Cristo.

De fato, muitos não resistiram ao domínio opressivo de Hitler baseados na ideia luterana de que mesmo alguém como ele foi instituído por Deus e de que,

portanto, resistir-lhe seria resistir ao próprio Deus. McGrath comenta que “muitos consideram que o fato de a igreja alemã não ter se oposto a Hitler na década de 1930 reflete a inadequação do pensamento político de Lutero. Até mesmo Hitler, pensavam alguns cristãos alemães, era um instrumento de Deus”. (MCGRATH, 2014, p. 246)

Entretanto, o pensamento de Lutero não permaneceu o mesmo em relação a este assunto. “Mais tarde, Lutero modificou um pouco essa sua posição (ética de mártir) e, no escrito Das três hierarquias, de 1539, Lutero permitiu ao cristão a legítima defesa e a autodefesa”. (SCHWAMBACH; SPEHR, 2018, p. 92). Como afirma Heinz Scheible, “em suma, os teólogos de Wittenberg não defendiam o pacifismo por princípio”. (SCHEIBLE, 2013, p. 107). De fato, o desenvolvimento da tradição luterana amadureceu a ideia de resistência armada contra um governador tirano. Nicolau Von Amsdorf, companheiro de Lutero em Wittenberg, por exemplo, publicou em 1550 um panfleto chamado Confissão e apologia dos pastores da Igreja em Magdeburgo, onde argumenta de que os cristãos “podiam fazer valer suas tradições militares para não se renderem à força imperial”. (SILVESTRE, 2009, p. 300). Tal panfleto será de significativa influência para os calvinistas posteriores.

Tendo em vista estes fatos, é interessante notar que durante o período do domínio nazista “na Noruega, constatou-se que justamente o estudo da doutrina dos dois reinos foi o que inspirou a igreja norueguesa a se posicionar contra o regime nacional-socialista e resgatar os discursos de Lutero a respeito da resistência a autoridades que abusam do poder”. (SCHWAMBACH; SPEHR, 2018, p. 40).

Assim, percebe-se que é injusta a afirmação de que ideias políticas de Lutero são inadequadas e completamente fechadas no que diz respeito à submissão do povo às autoridades e à possibilidade de resistência civil, quando há tantas recepções e interpretações distintas de seu pensamento em suas diferentes fases.

Conclusão

Verificou-se, em uma perspectiva luterana, como os versos tão antigos de Miqueias 3:1-3 podem servir de base para reflexões sobre as políticas públicas no século XXI. O profeta critica severamente os líderes do Reino do Sul bem como os líderes do Reino do Norte de um Israel dividido. Ambos estão aproveitando-se de sua posição

de prestígio e fazendo mal-uso da autoridade que lhes foi concedida por Deus, levando todo o restante do povo a sofrer.

Explanou-se brevemente sobre o contexto histórico em que as palavras de Miqueias foram registradas, bem como foi traçado um paralelo com acontecimentos da História recente para ilustrar de forma mais tangível a aplicação tanto das palavras do profeta bíblico, quanto o pensamento de Martinho Lutero que norteia o desenvolvimento do presente artigo. O profeta Miqueias foi contemporâneo do profeta Isaías e seu ministério se deu durante o reinado de Jotão, um rei que fez o que era mal perante o Senhor; Acaz, um dos exemplos mais icônicos de idolatria entre os reis de Judá, chegando ao ponto de sacrificar o próprio filho a um ídolo; dois exemplos de autoridades que não cumpriram a tarefa que Deus lhes deu de cuidar do Seu povo; e Ezequias, este sim um rei que fez o que era reto perante o Senhor e atuou como a “mão esquerda” de Deus, autoridade não apenas constituída, mas adequada. Judá experimentou um grande avivamento durante o período do seu reinado, o qual Miqueias certamente é um dos responsáveis, cuidando então da esfera religiosa, que não compete à figura do rei.

. O exercício do governo secular é um chamado de Deus, fazendo parte do sacerdócio geral de todos os crentes, posto que cada um deva servir ao Senhor com seu trabalho e seus dons e contribuir para a construção de uma sociedade harmoniosa. Nas palavras do apóstolo Paulo: “Tudo o que fizerem, seja em palavra seja em ação, façam-no em nome do Senhor Jesus” (Cl 3:17). O fato de tal autoridade ser instituída por Deus, longe de divinizar o detentor do poder ou mantê-lo fora do alcance de críticas, é justamente a base pela qual as autoridades serão julgadas e possivelmente resistidas e até mesmo destituídas, se houverem negligenciado seu chamado divino e assim agido como tiranos.

Fica claro então que a conclusão final do pensamento do reformador alemão aponta para o entendimento de que cabe ao cristão aceitar a soberania dos líderes seculares enquanto estes se mantiverem dentro dos limites de sua área de atuação, isto é, tudo que diz respeito à ordem civil, seja social, econômica ou militar, mas não quando estes excedem suas atribuições e violam os mandamentos de Deus, quando há então a justificativa para que o cristão defenda sua fé e seus direitos, ainda que a forma de atuação esteja aberta à uma discussão mais profunda e específica.

Referências

DREHER, Martin, N. *De Luder a Lutero: uma biografia*. São Leopoldo: Sinodal, 2014.

KUYPER, Abraham. *Sabedoria e prodígios: graça comum na ciência e na arte*. Tradução de Fabrício Tavares de Moraes. Brasília: Editora Monergismo, 2018.

LOPES, Hernandes Dias. *Miqueias: a justiça e a misericórdia de Deus*. São Paulo: Hagnos, 2009.

LUTERO, Martinho. Da Autoridade Secular, até que ponto se lhe deve obediência. In: LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. Vol.6. São Leopoldo e Porto Alegre: Editora Sinodal e Concórdia Editora, 1996.

MCGRATH, Alister. *Paixão pela verdade: a coerência intelectual do evangelicalismo*. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.

_____. *O pensamento da Reforma: idéias que influenciaram o mundo e continuam a moldar a sociedade*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

PLANTINGA, Alvin. *Conhecimento e crença cristã*. Brasília: Academia Monergista, 2016.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCHEIBLE, Heinz. **Melanchthon**: uma biografia. Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

SCHWAMBACH, Claus; SPEHR, Christopher. *Reforma e política: dimensões da relação entre fé cristã e política na história e na teologia da Reforma Luterana*. Vol 1. São Bento do Sul: Faculdade Luterana de Teologia, 2018.

_____. *Reforma e política: a compreensão luterana da relação entre fé cristã e política em sua relevância atual*. Vol. 2. São Bento do Sul: Faculdade Luterana de Teologia, 2018.

SILVESTRE, Armando Araújo. *Calvino: o potencial revolucionário de um pensamento*. 2. Ed. São Paulo: Editora Vida, 2009.

WISEMAN, Donald. *1 e 2 Reis: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova. Série Cultura Bíblia, 2006.